


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1010686-63.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Cheque**
 Requerente: **Antonio Aparecido Ataíde**
 Requerido: **Neusa Fatima da Silva Rigao Me**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

ANTONIO APARECIDO ATAÍDE, já qualificado, propôs a presente ação de cobrança em face de NEUSA FÁTIMA DA SILVA RIGÃO - ME, também qualificada, alegando seja credor da requerida da importância de R\$22.970,00 referente a uma prestação de serviço pelo qual recebeu os cheques nº 000491, 000527, 000522, 000510, 000523, 000528, 000511 e 000492, sacados contra a Caixa Econômica Federal, todos devolvidos sem pagamento, razão pela qual requereu a procedência da ação para que seja a ré condenada ao pagamento do valor atualizado da dívida, R\$39.784,23.

A ré contestou o pedido alegando que os cheques teriam sido emitidos como garantia das transações realizadas por seu genro, *Antonio Souza* junto a algumas olarias nas quais comprava tijolos e telhas, transportadas pelo autor, que tinha o compromisso de levar os cheques até as olarias e trazê-los de volta na medida em que seu genro os pagasse, não obstante o que, invertendo a razão da posse dos títulos o autor agora estaria a cobra-los, agindo de má-fé, e tanto assim que não expôs a *causa debendi* na inicial, de modo a concluir pela improcedência da ação.

Em réplica, o autor afirma que esses cheques corresponderiam a pagamentos que efetivamente realizou aos portadores, razão pela qual, como endossatário das cartões e terceiro de boa-fé, reafirmou os pedidos da inicial.

É o relatório.

DECIDO.

Com o devido respeito à ré, o fato de que tenha ela entregue cheques a seu genro, *Antonio Souza*, para que esse terceiro utilizasse os títulos como "garantia" perante fornecedores de tijolos e telhas junto aos quais realizava compra de mercadoria para comércio, não pode servir a presumir má-fé do autor na posse dos títulos.

Ocorre que, conforme está descrito na contestação, era o autor o prestador do serviço de transporte daqueles tijolos e telhas, em caminhão próprio, em favor de *Antonio Souza*, genro da ré.

Ainda, conforme afirmado pela ré, havia, entre "*o ora Autor e o senhor Antonio Souza no desenvolver de seus negócios uma espécie de conta corrente*" na qual "*toda semana faziam os acertos financeiros necessários*" (sic.).

Ou seja, há uma presunção clara de que os cheques em poder do autor tinham como causa essa prestação de serviços, o que, aliás, está claramente afirmado na réplica.

Mais que isso, conforme claramente se observa na contestação, não tem a ré qualquer elemento preciso para impugnar a condição de possuidor de boa-fé ostentada pelo autor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

em relação aos cheques.

Se algo se passou de errado nessa "*conta corrente*" mantida entre o autor e o genro da ré, *Antonio Souza*, somente aos dois caberá discuti-la, com o devido respeito.

A impugnação e a defesa que a ré apresenta são, por isso mesmo, extremamente genérica, não permitindo uma análise séria de vício ou incoerência do crédito.

Basta questionar-se da ré sobre qual, então, seria o valor correto do saldo dessa "*conta corrente*"? Qual ou quais seriam os cheques ou os valores indevidamente apropriados pelo autor? Ou, pior, qual é, afinal, o direito da própria ré em relação a essa "*conta corrente*"?

Como se vê, a defesa da ré se firma em fato que somente o terceiro poderia postular em nome próprio, razão pela qual rejeita-se a contestação.

A ação é procedente, cumprindo à arcar com as consequências da emissão e colocação em circulação dos cheques, que são ordens de pagamento à vista que é (*vide art. 32 da Lei nº 7.357/85*), de modo que toda cláusula ou ajuste visando a torná-lo meio de *dilação de pagamento*, ou seja, de titulação de crédito, por descaracterizá-lo como instrumento de pagamento à vista deverá ter-se por *não escrita* (*sic.*, *art. 32, parte final, Lei do Cheque*).

Mais que isso, "*por ser título cambiário de feição autônoma, o cheque é uma obrigação de causa abstrata, não se vincula a qualquer obrigação precedente nem se submete a modo, tempo ou condição. Uma vez criado, é exigível, obrigando o emitente e as demais pessoas que com sua assinatura nele intervierem. O emitente, o endossante, o avalista obrigam-se pelo fato de se terem comprometido a criar, transferir ou garantir o papel; pelo motivo único de terem firmado o cheque. É, pois, inútil fazer-se indagação da causa da obrigação*" (cf. J. M. OTHON SIDOU¹).

Para rematar, cabe ainda lembrar que se afigura "*sem qualquer valor a declaração que o cheque fôra dado em garantia de pagamento, porque tal forma não é prevista na legislação que rege a matéria*" (7ª Câmara Especial de Janeiro de 1995, do Primeiro Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, por votação unânime, relator o Juiz ALVARES LOBO²).

A ação é procedente e à ré cumprirá arcar com o pagamento da importância de R\$ 39.784,23, acrescida de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data de emissão dos respectivos cheques, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação.

A ré ainda sucumbe, devendo arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO a ré NEUSA FÁTIMA DA SILVA RIGÃO – ME a pagar ao autor ANTONIO APARECIDO ATAÍDE a importância de R\$ 39.784,23 (*trinta e nove mil setecentos e oitenta e quatro reais e vinte e três centavos*), acrescida de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data de emissão dos respectivos cheques, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO a ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

P.R.I.

São Carlos, 11 de março de 2016.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de Direito

¹ J. M. OTHON SIDOU, *Do Cheque*, 3ª ed., 1986, Forense, RJ. n. 5, p. 21.

² JTACSP, Vol. 155, p. 97;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**